



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANAS

FRANCISCA ÉRIKA DA SILVA ALVES

Violência sexual contra crianças e adolescentes em situação de pobreza no município de Baturité - CE

PROJETO DE PESQUISA

Redenção- CE

2017

FRANCISCA ÉRIKA DA SILVA ALVES

Violência sexual contra crianças e adolescentes em situação de pobreza no município de Baturité - CE

Projeto de pesquisa apresentado ao Instituto de Letras e Humanas – IHL possui como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado em Humanidades.

Orientador: James Ferreira Moura Junior

Redenção- CE

2017

FRANCISCA ÉRIKA DA SILVA ALVES

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO D POBREZA NO MUNICÍPIO
DE BATURITE-CE

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de bacharelado em humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para a conclusão da disciplina TCC2, sob orientação do Prof.(a): James Ferreira Moura Junior.

Aprovado em: __/__/____

EXAMINADORA:

Prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a. Dr^a. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Antonio Marcos de Souza Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Considerações

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por alguma forma ter me fornecido forças para contemplar essa conquista através dos meus esforços.

A minha vó, mãe e meu querido vô que no fim dessa jornada nos deixou, mas que hoje me acompanha de maneira simbólica.

Aos meus professores e orientador pela entrega, dedicação, carinho e paciência a compartilhar seus conhecimentos.

Aos avaliadores da banca que doaram um pouco do seu tempo para conhecer meu projeto de pesquisa.

Os queridos amigos que durante uma longa jornada como essa foi de grande importância, participando de quase todos os meus momentos e me apoiando emocionalmente.

RESUMO

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE POBREZA NO MUNICÍPIO DE BATURITÉ-CE

O seguinte projeto realizado através de um método qualitativo, analisa a violência sexual infanto-juvenil e as relações sociais na família e sociedade dos jovens que sofreram essa agressão física e psicológica. Também é mostrado os contextos em que essa violência sexual ocorre e quais as relações do agressor com a vítima destacando que esse ato de violência independe da classe social ou cultura e é considerado um crime no âmbito jurídico. Os meios de assistência social oferece atendimentos especializado que acolhe crianças e jovens vítimas de abuso, que procuram amenizar os danos desta violência o incluindo na sociedade, e valorizando os direitos infantis que estão escritos no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Essa assistência ocorre através dos órgãos CRAS e CREAS que tem como intermediador o assistente social por ser o profissional que atua diretamente no meio social em que estes jovens estão inseridos. Deste modo observando a situação da criança e do adolescente com sua família, sendo capaz de intervir com ajuda de políticas públicas em caso de situação de precariedade.

Palavras-chave: Violência sexual, pobreza, criança e adolescente.

AUTOR(ES): Francisca Érika da Silva Alves

ORIENTADOR(A): James Ferreira Moura Junior

ABSTRACT

SEXUAL VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS IN POVERTY SITUATION IN THE MUNICIPALITY OF BATURITÉ-CE

The following project reports on child sexual violence and social relations in the family and society of young people who have suffered this physical and psychological aggression that hinders their development. It also shows the contexts in which this sexual violence occurs and what the abuser's relationship with the victim emphasizes that this act of violence is independent of social class or culture and is considered a crime by law and society.

The means of social assistance offers specialized care that welcomes children and young victims of abuse, seek to alleviate the damages of this violence included in society, and value children's rights that are written in the ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). This assistant takes place through CRAS and CREAS, which has as intermediary the social worker because he is the professional that acts directly in the social environment in which these young people are inserted, thus observing the situation of the child and the adolescent with his family, being able to Intervene with the help of public policies in case of precarious situation.

Keywords: Sexual violence, poverty, child and adolescent.

AUTHOR (s): Francisca Érika da Silva Alves

ORIENTADOR (A): James Ferreira Moura Junior

LISTA

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

LOAS- Lei orgânica de assistência social

PAIF- Proteção e Atendimento Integral à Família

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	8
2- JUSTIFICATIVA	10
2.1 OBJETIVO	12
3- REVISÃO DE LITERATURA	13
4-METODOLOGIA.....	21
4.1.Tipo de método	21
4.2. Técnicas utilizadas	22
4.3. Local de realização da pesquisa	23
4.4. Descrição dos participantes	24
4.5. Procedimentos Utilizados	25
4.6. Análises realizadas.....	25
4.7. Aspectos éticos.	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
5- REFERÊNCIAS	28

1-INTRODUÇÃO

A violência sexual, atualmente deixou de ser um ato circunstancial e se transformou no modo de ver e de viver o mundo dos humanos. Não importa a face que se manifesta à violência, nem sua intensidade, ela é independente da cultura, classe econômica e social, nível de escolaridade. É um fator que está presente nos diferentes lugares, desde os bairros mais centrais até as comunidades periféricas, nos campos e nos estádios de futebol, dentro da própria casa, no ambiente familiar. Ela se estende desde o centro da cidade à periferia. Não existe um lugar determinado para os atos de violência (ODALIA, 2004). No entanto, é importante pontuar que as pessoas em situação de pobreza que sofrem violência necessitam de um suporte de uma política pública que muitas vezes não se desenvolve de maneira adequada.

O abuso sexual está situado em diferentes contextos sociais, porém o ponto em comum entre todos os casos é a vergonha, o medo, a culpa, e o silêncio pelo núcleo familiar ou pela vítima. Esta agressão física, moral, e mental não atinge somente o grupo familiar, mas também os profissionais que fornecem uma assistência às vítimas. Por isso, o tema problematiza: como é desenvolvido o acompanhamento de casos de violência sexual contra criança e adolescente em situação de pobreza no município de Baturité? Já que os profissionais que trabalham na área de assistência social desempenham o papel de intermediador em caso de violência, buscando alternativas que possam acabar com a agressão sofrida pela vítima, deste modo tornando a solução encontrada o refúgio do jovem agredido e da jovem agredida. Ainda neste contexto, Faleiros (1995) ressalta que só a partir de 1988 foram acionadas as políticas de assistências às pessoas em situação de abuso recentemente nas prioridades da agenda do Estado. Antes desse período não existia nenhum registro oficial de políticas e leis associadas à proteção da criança e do adolescente.

O sistema de proteção social criado no séc. XX é uma seguridade social constituída de previdência social, saúde e assistência social que favorece não apenas a pessoas que encontram-se em situação de pobreza. Pois, de acordo com Torrosian e Ribeiro (2012), a vulnerabilidade social não se define pelo índice de pobreza, mas se faz necessário olhar para a inclusão ou não da população em relação aos serviços e políticas públicas. Assim, a noção de vulnerabilidade apresenta-se carregada, múltiplas de significados e produzindo variados sentidos os quais podem contribuir para a homogeneização.

Segundo o CREAS (2011), a Assistência Social foi definida pela Constituição Federal de 1988 como política pública de direitos e não contributiva, passando a compor o Sistema de Seguridade Social, ao lado das políticas da Saúde e da Previdência Social, constituindo-se em “Política de Proteção Social” articulada a outras políticas sociais destinadas à promoção e garantia da cidadania, configurando assim, um sistema de proteção social.

Deste modo para garantir os direitos do cidadão e fornecer a assistência social garantindo a proteção a família, a infância, a adolescência, a velhice foram criados através do SUAS- Sistema Único de Assistência Social- serviços

públicos onde se pode citar o CRAS - Centro de Referência da Assistente Social- vinculados a proteção social básica e o CREAS- Centro de especialização Social especial.

Na proteção social Básica, os serviços devem ser referenciados nos Cras- Centro de Referência e Assistência Social, e seu trabalho apontam para a atuação na perspectiva do fortalecimento dos vínculos familiares e na convivência comunitária. Deverão ser referência para escuta, informações, apoio psicossocial, encaminhamentos monitorados e de inserção nas ações, apoio psicossocial, encaminhamentos monitorados e de inserção nas ações da rede de assistência social e demais políticas públicas sociais (COUTO, 2012, p.49).

A proteção social especial é uma modalidade de atenção assistencial destinada a indivíduos que se encontram em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social, bem como crianças e adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência nas várias situações caracterizada de risco pessoal. O trabalho deve abranger o provimento de acesso a serviço de apoio à sobrevivência, inclusão em redes sociais de atendimentos e de estratégias que visem a reestruturação do grupo familiar e elaboração de novas referências morais e afetivas. A proteção social especial deve ofertar serviços de abrigamento de longa ou curta duração; serviço de acolhimento e atenção psicossocial especializado, destinados a criar vínculos de pertencimento e possibilidades de reinserção social (COUTO, 2012, p.50).

No Município de Baturité, a implantação do CREAS (Centro Especializado de Assistência Social), ocorreu em 03 de agosto de 2010, com o intuito de atender as famílias que se encontravam em condição de vulnerabilidade e com seus direitos violados através da violência física e psicológica; violência ou exploração sexual; tráfico de pessoas; situação de rua; trabalho infantil. Esta unidade pública seria responsável pela disponibilização de atendimentos psicológicos e serviços de assistência a vítima. Entretanto, na ata da décima terceira sessão ordinária do primeiro período legislativo da câmara municipal de Baturité no ano de 2015, consta reclamações pelo Conselheiro Tutelar Dalberto Dantas, que falou que após o dia 10 de dezembro, o Conselho Tutelar de Baturité enfrentava uma crise que nunca foi presenciada antes, sem a menor condição de funcionar. Também relatou que desde o mês de novembro de 2014 que possui um débito de telefone e internet do Conselho Tutelar, o que levou o Conselho ao SERASA. Dalberto falou que os conselhos do município CRAS e CREAS não têm a menor condição de funcionamento, como também a Secretaria de Ação Social está sem a menor condição de funcionar, por causa da falta de materiais de trabalho e débitos que não foram quitados como, por exemplo, a conta telefônica. Ele ressalta que devido a falta de condição de trabalho alguns servidores públicos entregaram seus cargos devido a situação do ambiente de trabalho.

Devido aos relatos de dificuldade de funcionamento das organizações sociais a pesquisa tem o papel de contribuir como meio informativo, sobre como ocorre o funcionamento da assistência social a pessoas que estão enfrentando ou passaram por violência sexual. Pois, diante da sociedade que presenciamos atualmente, é necessário mobilizar-se mesmo que por meio informativo como esta pesquisa, para que seja lembrado que os direitos conquistados tem que realmente acontecer, que no caso abordado seria a partir de serviços de atendimento que busque melhorar a situação da vítima para que não haja sequelas da agressão.

2- JUSTIFICATIVA

A violência nunca deixou de ser fato atual, é alvo de vários estudos por ser uma questão social que independe da classe econômica enfrentada não só pelo indivíduo, mas também pelos profissionais que prestam assistência que apesar de lidarem com vítimas de abusos encontram dificuldades para que a pessoa agredida contribua para que haja a ocorrência do caso, devido ao estado psicológico que se encontra. Pois, o sentimento de culpa, vergonha e o medo predominam o estado emocional do jovem e até a mesmo a falta de maturidade contribuem para a não resolução do caso; podendo também a vítima entrar em estado de profundo sofrimento e buscar o suicídio como forma de acabar com o problema que o aflige.

Entre as causas do desespero que levam as pessoas muito nervosas-irritáveis a buscar a morte, seres passionais e melancólicos, descobri os maus-tratos como o fator dominante, as injustiças, os castigos secretos, que pais e superiores impiedosos infligem às pessoas que se encontram sob sua dependência (MARX, 2006, p.28).

Esta situação que agrega a vergonha e humilhação pode também ser observada em relações sociais de classes que envolvem o preconceito, a discriminação e o sentimento de dominação. Nesse contexto que envolve classes sociais pode-se citar como exemplo, um documentário nomeado de ESTRADA DA FOME , realizado no Brasil e que em fatos reais documenta através de vídeo a situação de extrema pobreza de varias famílias que residem no estado do Maranhão.

E o que se observa no documentário citado é justamente a situação de calamidade e miséria das famílias que de certo modo foram esquecidas pelo poder publico. Porém, entre estas pessoas a situação de uma criança que por não ter outra opção em troca de comida aceitava ser violentada pelo dono de uma pequena mercearia o que significa que neste momento o agressor se aproveita do seu status econômico para persuadir a vítima. Assim, mostrado uma relação de poder e dominância através das classes sociais. Deste modo, esse ato de abuso afetou emocionalmente a menina destruindo a sua infância e a deixando em um estado de vergonha e humilhação pelos acontecimentos, mesmo não sabendo diferenciar o que é certo e errado.

A vergonha e o sentimento de humilhação geram consequências negativas para o indivíduo que se encontra em situação de miséria, causando uma resistência na procura de ajuda através das políticas de assistência. Isto acontece devido, não apenas por causa desses sentimentos citados, mas também pelo fato de que o indivíduo se sente incapaz de procurar assistência por causa da classe social que está inserida na sociedade, enfraquecendo a capacidade de enfrentamento da realidade.

A identidade social estigmatizada de pobre é lesiva, porque as sociedades estruturam essas identidades em aspectos pressupostos, ou seja, em formas cristalizadas de reconhecimento do indivíduo. Ela impede o processo de transformação da identidade metamorfose, enfraquecendo as possibilidades de mudança tanto do indivíduo reconhecido por esse prisma indenitário

estigmatizado, como das políticas de identidade presentes na sociedade.(MOURA e XIMENES 2016, p.76)

[...] a pobreza é concebida a partir das relações históricas de reconhecimento perverso dos papéis sociais de conformado, de crente em Deus como responsável por tudo, de mártir, de vagabundo, de causa de mazelas sociais e de culpado pela sua situação, desenvolvendo a identidade social estigmatizada de pobre. Com isso, concebe-se a necessidade de analisar de forma mais atenta esse processo de constituição indenitária, tencionando a esses mecanismos sociais e marginalizantes desses papéis sociais relacionados ao indivíduo em situação de pobreza. (MOURA e XIMENES, 2016, p.79)

Além do fato do indivíduo ser estigmatizado pela sociedade por ser pobre, as políticas de assistência a pessoas inseridas e julgadas no meio social como inferiores muitas vezes não consegue alcançar os lugares mais remotos. E quando se tem o acesso pelo menos do assistente social, como é o caso que mostra o documentário citado anteriormente, o profissional que atua em regiões como a do Maranhão enfrenta dificuldades para o desenvolvimento do seu trabalho por falta de estrutura. Toda via, a política pública de assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais e visa a garantir os mínimos sociais, no sentido de proporcionar condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sobre esta perspectiva, objetiva: 1) prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; 2) contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e aos serviços sócios assistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural (BRASIL, 2004).

Conforme Aginsky (2009), O fato de o público da assistência social não ser universal faz com que sua definição esteja relacionada a conceitos que podem ter interpretações variadas, o que abre espaço para que os preconceitos permeiem a apreciação de quem é e de quem não é merecedor de direitos. Este aspecto tem servido, por vezes, para as formas renovadas de “meritocracia” relacionadas à existência de determinados critérios, inseridos em um processo de seleção. Assim, no plano prático, é necessário que o cidadão se “encaixe” nos critérios para que ingresse em programas e serviços. Tais critérios de seleção de programas acabam por adquirirem diferentes conotações para gestores, profissionais e usuários, o que reforça a representação social do “bom” e do “mau” pobre nos usuários.

Considerando essa realidade violenta no mundo moderno e embora já existam trabalhos voltados para esse problema social, há necessidade de uma pesquisa voltada para um dos municípios do Maciço de Baturité, pois por serem cidades com índice populacional pequeno não é dada a devida importância para casos ocorridos. Por isso, não há informações divulgadas sobre inúmeros casos já acontecidos pelos meios tecnológicos informativos. Talvez porque a cidade não apresenta uma estrutura interdisciplinar adequada de acolhimento para as vítimas. Contudo, a pesquisa voltada para violência sexual infanto-juvenil também informará as ações desenvolvidas no âmbito da assistência, que visa à garantia dos direitos aos cidadãos.

2.1 OBJETIVO

Objetivo Geral:

- Analisar o funcionamento rede de atendimento dos casos violência sexual contra crianças e adolescentes em situação de pobreza no município de Baturité localizada no Ceará.

Objetivos específicos:

- Descrever como é o fluxo de atendimento vinculado ao trabalho infantil
- Compreender as dificuldades encontradas pelos assistentes social que prestam assistência para a realização do atendimento infanto-juvenil a pessoas que sofreram abuso sexual.
- Analisar as representações sobre violência sexual;
- Identificar a ocorrência de preconceitos desenvolvidos pelos profissionais

3- REVISÃO DE LITERATURA

Os abusos físicos, sexuais e psicológicos, assim como a negligência, são frequentemente praticados no ambiente familiar, e poucos chegam ao domínio público. Essas formas de abuso e qualquer outro tipo de mau trato que pode ser toda a ação não acidental realizada pelos tutores que infringe os direitos da criança e do adolescente é a causa do mau desenvolvimento da criança ou jovem seja no ambiente escolar ou no meio social.

De acordo com o Manual Crianças e Jovens Vítimas de Violência (2011), as formas maus tratos contra a criança e o adolescente podem ser classificados em dois grupos: Os maus tratos activos - são caracterizados pela adoção de determinados comportamentos contrários ou conflitantes com as necessidades fundamentais da criança ou jovem. Que podem ser maus tratos psicológicos e emocionais; maus tratos físicos; a violência sexual; e a Síndrome de Munchausenpor, que neste caso uma pessoa da família ou cuidador atribui a criança mau trato físico caracterizado pela atribuição à criança, sinais e sintomas variados, com o intuito de convencer os profissionais de saúde da existência de uma doença, gerando, por vezes, procedimentos de diagnóstico exaustivos, incluindo o recurso a técnicas invasivas e hospitalizações frequentes.

Outro tipo de agressão descrito no Manual de Crianças e Jovens Vítimas de violência (2011), são os maus tratos passivos, que se caracterizam pela omissão ou alheamento por parte dos cuidados perante a resposta às necessidades fundamentais da criança ou jovem. Estes são classificados como: negligência psicológica e emocional; negligência física; e o Failure to thrive que é a forma específica de negligência física caracterizada pela incapacidade de a criança ou o jovem de atingir os ganhos de estatura e peso normal para a sua faixa etária provocada pelo descuido dos responsáveis na supressão das necessidades alimentares básicas.

Os tipos de violência relatada anteriormente além de infligir o estatuto da criança e do adolescente-ECA, que preza que o grupo infanto-juvenil tenha seu desenvolvimento social e mental de acordo com sua idade deste modo assegurando seus direitos de pequenos cidadãos em formação. Este mesmo ato como citado pela Minayo (2001), a violência contra criança e adolescente, no transcorrer da civilização, além do carácter arbitrário dos pais de decidirem sobre sua vida, sempre esteve muito vinculada ao processo educativo. Ela tem sido considerada, em todos os tempos, como um instrumento de socialização e, portanto, como resposta automática a desobediências e rebeldias. Uma lei hebraica do período 1250-1225 a.C. dizia que, caso os filhos não dessem ouvidos aos conselhos paternos, cabia aos anciãos, puni-los, expondo-os a serem apedrejados ou mortos.

Observa-se que sempre houve uma relação de dominância prejudicial ao jovem que foi moderada e moldada ao longo do desenvolvimento através de regras, leis e revoltas públicas contra a ação de violentar uma pessoa em formação como cidadã que ainda não é responsável por suas ações, pois, ainda não possui total consciência da dimensão de suas ações.

Uma das mais graves agressões ao jovem ainda na sua infância ou adolescência é o abuso sexual que põe um indivíduo em uma situação desconfortável, constrangedora. Para Espindola & Batista (2013), o abuso sexual infanto-juvenil, da mesma forma, não se restringe a uma prática realizada por um adulto em relação a uma criança, mas

abrange qualquer prática sexual realizada por uma pessoa em relação a outra com menor nível de desenvolvimento psicossexual.

Esta situação que o jovem submetido se agrava quando citamos as desigualdades sociais em que fator dominante que é a pobreza faz com que o sujeito inserido nesse contexto seja explorado sexualmente. Segundo Diógenes (2010) a exploração sexual já atinge mais de um milhão de jovens na América Latina, o que demonstra a gravidade seguida de um crescimento exacerbado desse fenômeno que precisa ser combatido objetivamente, tanto pela rede de enfrentamento da exploração sexual, quanto pela sociedade e demais atores envolvidos nessa assustadora realidade.

É importante frisar que essa violência infantil apesar de está situada mais nas classes menos favorecidas, ocorre em todas as classes sociais. Essas diferenças sociais ocorrem devido ao sistema capitalista que favorece as pessoas que já possui condições financeiras. Pois, este sistema trata todos através da democracia, assim quem pertencer a uma classe alta ainda continuará ganhando mais que a pessoa pobre deste modo mantém um sistema desigual em que os menos favorecido a pesar de ter direitos iguais ao do rico terá a sua situação econômica melhorada, no entanto sempre será inferior e pagando quase os mesmos impostos. Contudo, Moura e Ximenes e Sarriera (2014) relatam que o Brasil tem passado por um processo de diminuição da pobreza nos últimos anos. No entanto, para consolidação desse movimento, são necessários políticas e investimentos específicos, como também o conhecimento histórico de construção da pobreza e suas implicações no psiquismo dos indivíduos pobres. Essa compreensão é importante, porque o fator econômico e a configuração social da realidade influenciam na forma como as pessoas relacionam-se umas com as outras e desenvolvem seu psiquismo. Dessa maneira, temos o objetivo de analisar o processo histórico de construção da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo humano.

Essa situação de desigualdade econômica além de fazer com que o jovem seja explorado sexualmente em troca dinheiro para o sustento de sua família ou a própria favorece um mercado humano de pedofilia que abrange pessoas de diversos status econômicos mesmo sendo considerado um crime, pois há uma violação do direito da criança do adolescente.

As crianças e adolescentes citados anteriormente que utilizam a venda do seu corpo e roubam para sobreviver como é repassado pela mídia, na maioria das vezes são pessoas que fogem de casa por algum motivo, seja familiar ou porque é usuário de drogas e também por ter crescido na rua. Estes sujeitos são massacrados pela sociedade, através da exclusão e generalização de estereótipos. E desta maneira que a exclusão prevalece no meio social causando vergonha e humilhação ao oprimido.

Essas expressões de desigualdade se produzem e reproduzem em vários âmbitos: social, político, econômico, cultural e nossa conjuntura sócia histórica mostra que nunca receberam a devida atenção para o seu enfrentamento, sendo tratadas como caso de polícia com ações moralizadoras, medidas repressivas, paliativas e coercitivas (GIBBS e AMAZONAS, 2015,p.3).

Visto a necessidade da população vulnerável que antes ajudada através da caridade – assistencialismo - foram desenvolvidas políticas públicas de assistência social para atender a população brasileira.

Conforme definido na LOAS e na PNAS, a Proteção Social Básica tem caráter preventivo e objetiva a antecipação de situações de risco por meio do conhecimento prévio do território e das famílias, das demandas sociais e dos níveis de desproteção social a que estão expostas, do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevendo o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, para responder as situações de vulnerabilidade social. Destacam-se os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e a rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos específicos, dentre eles, os Centros de Convivência para crianças, jovens e idosos, que ganham força e efetividade ao se materializarem nos territórios. Compõem também a Proteção Social Básica os Benefícios Eventuais, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e as transferências de renda do Programa Bolsa Família (CAPCITA SUAS caderno2, 2013, p.37).

Para que o atendimento a vítimas que sofreram abuso sexual, que se encontra em estado emocional e psicológico abalado, é necessário ajuda para denunciar o agressor para que o abusado possa ter um atendimento especializado, já que normalmente o pedófilo está inserido no grupo familiar ou mantém uma relação estreita com a vítima e seus parentes. Possuindo um papel de dominador e opressor, deste modo a coagindo através de ameaças e diminuindo suas alternativas para a resolução do problema. Segundo a 1ª Vara de Infância e da Juventude do DF(2014), a violência sexual pode acarretar vários prejuízos ao saudável desenvolvimento psicossocial de uma criança ou adolescente, tais como: auto nível de ansiedade; tristeza profunda; agressividade ;instabilidade emocional; medo ou pavor da figura do agressor; confusão de sentimentos em relação à figura agressora (amor e ódio); pensamentos suicidas; exacerbação da sexualidade; isolamento social; regressão no desenvolvimento escolar; droga dicção e/ou dependência do álcool; desenvolvimento de condutas antissociais; distúrbio do sono; aversão ao próprio corpo ou a pessoas do sexo do agressor; sintomas somáticos; gravidez precoce e indesejada; doenças sexualmente transmissíveis.

O abuso sexual é compreendido como estupro e revela contexto de poder que marca as relações sociais entre os sexos. No qual, a ação violenta é dividida em: tentativa de estupro, atentado violento ao pudor, sedução, atos obscenos e assédio, que podem ocorrer de forma conjugada, inclusive, com outros tipos de violência física (lesão corporal, tentativa de homicídio maus tratos e ameaças).Alguns tipos de abuso sexual possuem terminologia própria e, por serem muito utilizados, merecem ser discriminados. É o caso do estupro, que do ponto de vista legal “é a situação em que ocorre penetração vaginal com uso de violência ou grave ameaça, sendo que, em crianças e adolescentes até 14 anos, a violência é presumida” (ABRAPIA, 1997: 10).Outro tipo de abuso sexual discriminado também no Código Penal é o atentado violento ao pudor, considerado como o ato de “constranger alguém a praticar atos libidinosos, sem penetração vaginal, utilizando violência ou grave ameaça, sendo que, em crianças de até 14 anos, a violência é presumida, como no estupro” (ABRAPIA, 1997: 11).

O estupro é definido pelo Código Penal Brasileiro como crime de ação privada contra os costumes (artigo 213 Lei 8.069/90; 8.072/90 e 8.930/94) e não contra a pessoa. Ou seja, ele está restrito a relação sexual entre o homem e a mulher que ocorra com penetração vaginal, realizado contra a vontade dela e com o recurso da violência. Outras situações de violência sexual diferente da conjunção carnal são enquadradas na categoria "atentado violento ao pudor", como crime de ação pública (art. 214, art. 263 (8.072/90) e art. 6 (8.930/94)).

Portanto, também é considerado abuso sexual quando um jovem é manipulado por um adulto ou adolescente mais velho para satisfazer-se sexualmente. Ocorrendo uma dominação do agressor perante a vítima, também podendo haver carícias, assim, despertando a sexualidade do jovem ou criança para consolidar o ato, fazendo com que o abusado sinta-se culpado por sentir prazer, e utilizando isso como meio de garantir que o crime não seja descoberto. Apesar de ser um fato que acontece na atualidade, segundo Arruda (2009), a violência que aflige as crianças e os adolescentes não é um acontecimento do mundo moderno. É um fenômeno que se faz presente desde os primórdios da humanidade e está presente nas relações humanas não estando diferente nem distante às crianças e aos adolescentes.

Apesar da violência sexual infantil e juvenil ser o objeto de pesquisa deste trabalho é de grande importância ressaltar que há outros tipos de violência e até mesmo o abuso contra adulto que também se enquadra no caso de estupro. Deste modo Arruda (2009), descreve que a violência sexual é uma relação de dominação e força imposta historicamente mediante um poder desigual entre adultos e crianças, homens e mulheres, negros e brancos, ricos e pobres. Nesse sentido, a violência sexual constitui-se uma relação de poder desigual que adulto exercem entre si ou em relação à criança e o adolescente, utilizando como instrumento desta agressão o abuso e a exploração sexual.

De acordo com a 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF(2014), a criança ou adolescente sexualmente explorado não é resultado de promiscuidade ou de seu próprio desejo. É uma relação de poder na qual prevalece o domínio econômico e a mercantilização do corpo da vítima. Sua ocorrência deve a causas múltiplas, tais como a vitimização da criança no próprio contexto familiar, a precariedade das condições econômicas e/ou das relações familiares, a situação de rua, a falta de oportunidades na promoção do desenvolvimento pessoal e social da vítima, um contexto social que não valoriza o corpo, as necessidades, a sexualidades e os sentimentos da criança ou adolescente, em especial da criança em situação de risco social.

No Brasil, o debate sobre o enfrentamento do abuso físico intrafamiliar tem avançado, notando-se uma tendência de responsabilização da família frente aos maus-tratos, em detrimento da mera culpa. Adolescentes, vítimas de abuso físico intrafamiliar, indicam alguns fatores que potencializam a agressão: descontrole emocional, falta de responsabilidade, sentimento de culpa, drogas, falta de diálogo, ausência física moral ou simbólica dos pais, dificuldades da transição da infância para a adolescência, ausência de rede de apoio à família e reflexo da violência na comunidade. Os jovens pesquisados de alguma forma reivindicam apoio emocional, estabelecimento de práticas disciplinares e a realização de atividades que envolvam toda a família e pessoas ou rede social nos quais possam buscar apoio (DE ANTONI, 2000).

O ato de violência que o agressor comete, deixa sequelas que prejudicam a passagem da criança para a adolescência, e do adolescente para fase adulta. Dependendo do tempo que ela vivenciou no ambiente traumático, a sequela pode desenvolver-se para transtornos que pode atrapalhar na vida sexual adulta. Também fazendo com que a pessoa acredite estar em situação de desamparo, assim, tornando-se um adulto inseguro. Também apresentando problemas com a imagem corporal. Para reforçar esta ideia pode-se mencionar Folker (2005), que defende que os sonhos e ressentimentos que ainda influenciam na nossa vida adulta, pesam sobre nós e criam sofrimento presente e podem interferir impedindo que uma pessoa tenha uma vida mais plena e satisfatória.

Segundo Folker (2005), sofremos porque queremos crer que merecíamos da vida um tratamento melhor e que isto nos foi negado. Este tipo de sentimento também pode ser um trauma ocasionado na infância ou adolescência, podendo também influenciar na formação do caráter que seria a sua atitude relacionada ao mundo externo. Onde a infância seria a base para construção, pois é neste momento que se começa a aprender e obter valores de acordo com o grupo familiar que esta inserido.

De acordo com Noltre e Harris (2009), as crianças aprendem o que vivenciam, por isso se as crianças vivem com medo aprendem a temer. Apesar das crianças adorarem brincar com a noção do medo. Gostarem de jogos de monstros e ficarem excitadas com histórias e filmes de terror. Viver com medo de verdade é outra história, completamente diferente, seja da ameaça de violência física, de tortura psicológica, de abandono, de doença graves ou de pavores supostamente menores. Viver todos os dias com medo destrói a autoconfiança e a noção básica de segurança infantil. O medo desestabiliza o ambiente de apoio necessário para que a criança possa crescer e explorar e aprender, deixando-a com um persistente sentimento de apreensão, uma ansiedade geral que pode prejudicar de modo fundamental a sua maneira de relacionar com as pessoas e de enfrentar situação novas.

O adolescente por ser mais velho não é descartado a influencia que o trauma possui na sua vida. No cenário de violência seja ela sexual e física ou psicológica ele também é vulnerável, pois, isto compromete no seu desenvolvimento psíquico e social.

A vulnerabilidade citada acima que também pode ser econômica influencia no desenvolvimento escolar social desde o brincar, pois há uma discriminação passada de pais para filhos em que os grupos não se misturam, assim causando a isolamento infanto-juvenil, a vergonha e a humilhação. Para Alencar e Taile (2007), na maioria das vezes, as práticas de humilhação não são tornadas públicas pelo fato de sua prova ser de difícil constatação ou pelo próprio desejo da vítima de esconder o seu sofrimento, ocasionado pela vergonha sentida. Outro motivo é que, parece grande parte das pessoas que assistem a uma humilhação é omissa em ações e/ou até mesmo insensível.

[...] a vergonha e/ou humilhação de “contágio” (sexto tipo de conteúdo), que se caracteriza pelo fato de o sentimento está baseado no outro. Assim, um indivíduo sente humilhação e/ou vergonha atribuída ao outro; quer pela sua “evidência”, “condição”, “impotência”, “fracasso” ou “falta moral” (ALENCAR e TAILE, 2007 p.223).

Para Perez & Passone (2010), entre os estudos realizados no campo das políticas sociais no Brasil, há um conjunto de trabalhos que propala inexistência de um efetivo sistema de proteção social até 1990, devido a insuficiência do atendimento diante do abismo sociocultural e econômico existente na sociedade ou mesmo do frágil reconhecimento dos direitos civis, políticos e sociais na nossa cultura política e no incipiente estado democrático que possuímos. Tais estudos consideram o “arcabouço social” existente apenas como instrumento de controle e legitimação da ordem política e social principalmente em períodos autoritários e populistas.

De acordo com NETTO (2010), compete ao assistente social desenvolver seu senso crítico e sua capacidade de luta permanente para poder avançar o projeto ético-político da profissão, não só dentro da categoria profissional, mas nos grupos que possuem objetivos semelhantes. E para complementar Couto (2012), relata que a política de assistência social no sentido de atender as demandas que lhe cabem com uma rede de serviços, projetos e benefícios, articulados de forma sistemática, garantida a sua continuidade a populações urbanas e rurais. Para isso indica a necessidade da garantia de inclusão e de equidade.

A rede de assistência social desenvolvida pelo CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social. De acordo com o 4 Caderno do CREAS indd (2011), O CREAS é uma unidade pública estatal, de abrangência municipal ou regional, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS. Sua gestão e funcionamento compreendem um conjunto de aspectos, tais como: infraestrutura e recursos humanos compatíveis com os serviços ofertados, trabalha em rede, articulação com as demais unidades e serviços da rede sócia assistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, além da organização de registros de informação e o desenvolvimento de processos de monitoramento e avaliação das ações realizadas.

Portanto, esta unidade pública citada anteriormente é responsável pelo acompanhamento técnico especializado, desenvolvido por uma equipe multiprofissional, o CREAS potencializa a capacidade de proteção da família e do indivíduo e favorece a reparação da situação de violência vivida. De acordo com GOMES (2008), são ofertados serviços de informação, orientação, apoio e inclusão social, visando à garantia e defesa de direitos a indivíduos. No qual presença dos CREAS nos territórios e/ou regiões amplia a atuação do Estado no combate e enfrentamento das situações de violência vividas por indivíduos e famílias, constituindo-se em unidade de referência de proteção da assistência social.

Dentre os objetivos de nossa rede de proteção e promoção social, temos de fortalecer vínculos familiares e comunitários, na perspectiva de recuperar a auto-estima, estabelecer identidades, referências e valores, permitir o acesso ao rol de direitos elementares da cidadania. Isso requer um extenso trabalho, atento às complexidades dos problemas que se desenvolvem no embrião de nossa histórica dívida social. Há que se prevenir, planejar ações de apoio e atenção a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, fortalecer vínculos familiares e comunitários e desenvolver seus talentos e capacidades. Mas, infelizmente, não são poucos os casos nos quais os laços já estão rompidos e há que se aplicar medidas urgentes e imediatas para restabelecer um patamar mínimo de dignidade humana. São casos de infâncias roubadas – por

violência ou por trabalho precoce e, em muitas vezes, em condições degradantes – e de adolescentes e adultos vítimas de violência doméstica ou sexual. Dramas que marcam profundamente a alma e que podem comprometer o potencial de uma geração, se não forem tratados adequadamente(ANANIAS,2008, p.8).

Observa-se no relato acima de um profissional do CREAS a importância deste sistema em uma comunidade que possui uma diversidade de problemas desenvolvidos historicamente, cujo a unidade pública a qual trabalha possui uma equipe que tenta amenizar o impacto que estes problemas sociais ocasiona na vida do ser humano que possui sua cidadania em constante construção. No caso da execução da medida de Prestação de Serviços à Comunidade, o CREAS mantém estreita articulação com instituições de ensino que são cadastradas e capacitadas para receber o adolescente. A equipe se reúne periodicamente com os profissionais que atuam nessas instituições para acompanhamento da situação dos adolescentes.

[...] a oferta de serviços especializados pelo CREAS deve orientar-se pela garantia das seguranças socioassistenciais, conforme previsto na PNAS e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais:

Segurança de Acolhida: para sua garantia, o CREAS deve dispor de infraestrutura física adequada e equipe com capacidade técnica para a recepção e escuta profissional qualificada, orientada pela ética e sigilo e pela postura de respeito à dignidade, diversidade e não discriminação. A acolhida pressupõe conhecer cada família e indivíduo em sua singularidade, demandas e potencialidades e proporcionar informações relativas ao trabalho social e a direitos que possam acessar, assegurando-lhes ambiência favorecedora da expressão e do diálogo. Finalmente, a oferta de serviços pelo CREAS deve ter consonância com as situações identificadas no território, para que as famílias e indivíduos possam encontrar a acolhida necessária às suas demandas.

Segurança de Acolhida: para sua garantia, o CREAS deve dispor de infraestrutura física adequada e equipe com capacidade técnica para a recepção e escuta profissional qualificada, orientada pela ética e sigilo e pela postura de respeito à dignidade, diversidade e não discriminação. A acolhida pressupõe conhecer cada família e indivíduo em sua singularidade, demandas e potencialidades e proporcionar informações relativas ao trabalho social e a direitos que possam acessar, assegurando-lhes ambiência favorecedora da expressão e do diálogo. Finalmente, a oferta de serviços pelo CREAS deve ter consonância com as situações identificadas no território, para que as famílias e indivíduos possam encontrar a acolhida necessária às suas demandas.

Segurança de Sobrevivência ou de Rendimento e de Autonomia: a atenção ofertada no CREAS deve nortear-se pelo respeito à autonomia das famílias e indivíduos, tendo em vista o empoderamento e o desenvolvimento de capacidades e potencialidades para o enfrentamento e superação de condições adversas oriundas das situações vivenciadas. Nessa direção, o acompanhamento especializado ofertado no CREAS deve contribuir para o alcance de maior grau de independência familiar e pessoal e qualidade nos laços sociais, devendo, para tanto, primar pela integração entre o acesso a serviços, benefícios e programas de transferência de renda (CADERNO DO CREAS. INND,2011, p.24).

As atuações da assistência social com as famílias ocorrem através do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) são os serviços que, juntamente com o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosos, os

programas, os projetos e os benefícios sócioassistenciais, materializam as ações da proteção social básica da Política de Assistência Social.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico (BRASIL, 2009, p. 6).

SCFV-Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (BRASIL, 2009, p.8).

Como foi descrito o meio assistencial que ajuda indivíduos em situação de vulnerabilidade não se resume apenas ao profissional que atua como assistente social, mas também há uma equipe multiprofissional que atua em unidades públicas como o CRAS e CREAS entre outros que foram citados.

4-METODOLOGIA

4.1.Tipo de método

Para explicar a assistência social a crianças e adolescente que sofreram abuso sexual foi utilizado no projeto o método qualitativo que segundo Gomes(1987), organiza-se na sequência das três reflexões fenomenológicas (descrição, redução, e interpretação), preocupa-se em desvendar e interrogar matrizes ou sistemas de significações nos moldes propostos pela semiótica, e entende por perspectiva a racionalidade de estruturas individuais e coletivas enquanto uma expressão espaço temporal que é reprodutiva, confortativa e transdisciplinar.

O projeto de pesquisa desenvolvido analisa a assistência social fornecida através do CRAS e CREAS a crianças e adolescente em situação de pobreza que foram vítimas de violência sexual, cujo campo de pesquisa escolhido foi o Município de Baturité. Também será priorizado o trabalho do assistente social observando as dificuldades encontradas por estes profissionais, seja de cunho emocional ou estrutural devido às condições do ambiente de trabalho. E ao decorrer da pesquisa será descrito os ambientes que o abuso infanto-juvenil costuma acontecer devido a relação que agressor tem com a vítima. Isto será desenvolvido com fundação teórica através da pesquisa qualitativa.

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos [...]. A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos e técnicas de investigação científica. Na realidade a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados. (GIL,2010, Pag. 01)

Para isso, a pesquisa será de modo descritivo e exploratório, pois, tratará de uma realidade social. E o meio exploratório utilizado, segundo GIL (2010), tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Já a descritiva estuda as características de um grupo, e propõe estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade; as condições de habitação de seus habitantes; o índice de criminalidade que se registra.

Portanto, o projeto terá como estratégia qualitativa a teoria fundamentada que, de acordo com Creswell (2010), este modelo possui duas características principais, que é a comparação dos dados com as categorias emergentes e a amostragem teórica de diferentes grupos para maximizar as semelhanças e diferenças entre as informações.

Na metodologia qualitativa o método de investigação observa as particularidades do objeto de pesquisa através de pesquisas teóricas que investiga documentos e algumas apresentam entrevistas aberta com poucas pessoas. Para Creswell (2010), o pesquisador qualitativo tendem a coletar dados no campo e no local em que os participantes

vivenciam a questão ou problema que está sendo estudado. Eles não levam os indivíduos para um laboratório (uma situação artificial) nem enviam instrumentos para os indivíduos preencherem. Esse fechamento das informações coletadas por meio da conversa direta com as pessoas e da observação de como elas se comportam e agem dentro de seu contexto é uma característica importante da pesquisa qualitativa. No ambiente natural, os pesquisadores têm interações face a face no decorrer do tempo.

Como dito anteriormente o método qualitativo normalmente envolve pesquisas de cunho social no qual promove momentos de reflexão tanto para o pesquisador quanto para o leitor. Conforme Minayo (2007), entrar no campo da pesquisa social é penetrar no mundo polêmico onde há questões não resolvidas e onde o debate tem sido perene e não conclusivo. A autora também salienta:

Compreendo como Pesquisa Social os vários tipos de investigação que tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica. Como quaisquer fenômenos humanos, investigações sociais estão relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente concatenadas. Pesquisas nascem de determinado tipo de inserção no real, nele encontrando razões e objetivos. Em quanto prática intelectual, o ato de investigar reflete também dificuldades e problemas próprio das Ciências Sociais, sobretudo sua intrínseca relação com a dinâmica histórica (MINAYO, 2007, p. 47).

Segundo Barreto (2007), fazer uma pesquisa qualitativa com seres humanos implica já sabermos de antemão, que nem todas as variáveis poderão ser controladas meticulosamente como poderia ser com a análise de uma folha amoreira. O método qualitativo não é melhor e nem pior que o método quantitativo: é apenas um método diferente que abordará os dados além de sua expressividade.

4.2. Técnicas utilizadas

De acordo com Marcones e Lakatos (2010), as técnicas são um conjunto de preceitos ou processos de que serve uma ciência, são, também, a habilidade para usar princípios ou normas, na obtenção de seus propósitos. Correspondem, portanto, a parte prática de coleta de dados. Gil (2010), relata que a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação.

As entrevistas são utilizadas pelos pesquisadores como meio de conseguir informações para continuar progredindo através da coleta destes dados por meio de conversas prolongadas ou curtas. Também não exige nenhuma escolaridade do entrevistado possibilitando que o público alvo não fique tão restringido e que o investigador possa observar as emoções do outro, pois, não há restrição de horários. Esta técnica utilizada pode ser classificada, segundo GIL (2010), entrevista informal – para a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado, bem como a identificação de alguns aspectos da personalidade do entrevistado -; entrevista focalizada – enfoca um tema bem

específico- ; entrevista por pauta – apresenta um certo grau de estruturação - ; entrevista estruturada- desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas - ; entrevista face a face e por telefone.

Entrevistas é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realiza por meio de iniciativas do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes tendo em vista esse objetivo.[...] podem ser consideradas conversas com finalidade e caracterizam pela sua forma de organização (MINAYO, 2007,p.).

Minayo (2007), classifica as entrevistas em: sondagem de opinião; entrevista semi-estruturada; entrevista aberta ou em profundidade; entrevista focalizada; entrevista projetiva. No qual a entrevista como fonte de informação fornece dados secundários e primários de duas naturezas: (a) fatos que o pesquisador poderia conseguir por meio de outras fontes como censos, estatística, registros civis, atestado de óbito e outros; (b) e os que referem imediatamente ao indivíduo entrevistado.

Com base nos métodos e técnicas apresentados, o seguinte projeto utilizará como meio técnico a entrevista semi-estruturada que, de acordo com Boni e Quaresma (2011), combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

A modalidade de entrevista semi-estruturada difere apenas em grau da não estruturada, porque na verdade nenhuma interação, para finalidade de pesquisa, se coloca de forma totalmente aberta ou totalmente fechada. Mas, neste caso, a semi-estruturada obedece a um roteiro que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador. Por ter um apoio claro na sequência das questões, a entrevista semi-aberta facilita a abordagem e assegura, sobretudo os investigadores menos experientes, que suas hipóteses ou seus pressupostos serão cobertos na conversa. No entanto, os poucos experientes, na hora da análise, correm sério risco pela tendência que têm de apenas analisar os temas previamente estabelecidos, sem ter o cuidado de explorar as estruturas de relevância dos entrevistados, trazidos do campo (MINAYO, 2007, p. 267).

4.3. Local de realização da pesquisa

A pesquisa será realizada em Baturité que é um município brasileiro do estado Ceará visará os órgãos de assistência social como CRAS e CREAS que tem como objetivo o atendimento a famílias ou pessoas carente ou que

tem seus direitos violado e tem como perspectiva a inclusão destas pessoas na sociedade valorizando o bem estar social.

O CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), oferece um espaço de acolhimento com serviços especializados a pessoas em situação de ameaça ou violação de direitos como a violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas sócio educativas em meio aberto, situação de risco pessoal e social associados ao uso de drogas, entre outros. Os serviços prestados são desenvolvidos a partir da associação com a assistência social e políticas públicas. No CRAS também há proteção social, mas somente a básica, por desempenhar papel central no território onde se localiza, possuindo a função exclusiva da oferta pública do trabalho social com famílias por meio do serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF) e gestão territorial da rede sócio assistencial de proteção social básica.

4.4. Descrição dos participantes

Os participantes da pesquisa são os assistentes sociais que trabalham em conjunto com o CRAS e CREAS no município de Baturité. Estes profissionais lidam diretamente com a população, onde encontram uma diversidade de situações familiares em que os jovens estão inseridos em situação social pobre e em alguns casos são violentado sexualmente, filhos de pais separados, mãe solteira, pai alcoólatra, ou até mesmo desconhecidos. Nesse sentido, para Albernaz e Silva (2009, p.166):

O Assistente Social tem como objeto de trabalho a questão social, que é produzida pela relação capital e trabalho no sistema capitalista, onde se tem o mercado como centro norteador das estruturas políticas, sociais e econômicas. A questão social se expressa através da precarização do trabalho, do desemprego, da pobreza, da violência, enfim, coloca às margens da sociedade vários sujeitos que passarão a ser usuários das políticas públicas sociais do Estado.

Este profissional tem uma preocupação com os direitos universais, tem importância como agente crítico que se mobiliza pelas lutas sociais contra as desigualdades e atua como mediador de conflitos entre classes sociais. Segundo Albernaz e Silva (2009), para o assistente social, há também desafios e possibilidades. O agravamento da questão social promovida pelo neoliberalismo, a falta de recursos financeiros e materiais constituem-se em desafios. Sendo alguns dos seus empregadores: o primeiro setor que é o Estado, vemos os desafios postos a estes profissionais nos variados campos de atuação: saúde, educação, assistência social; no segundo setor, que são as empresas privadas, os desafios são os de romper com práticas exploradoras e alienantes dos dominantes para com os trabalhadores; no terceiro setor, ONGs (Organizações Não-Governamentais), OSCIPS (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e Movimentos Populares, é o de romper com práticas clientelistas e assistencialistas.

4.5. Procedimentos Utilizados

A pesquisa será realizada através do método qualitativo utilizando como técnica a entrevista semi-estruturada com o objetivo de falar sobre a violência sexual infanto-juvenil, e quais as políticas de assistência voltadas para estes jovens. Esta investigação ocorrerá através da entrevista semi-estruturada que configura um numero pequeno de participantes que no caso seria o assistente social por está mais frequente no cotidiano destas pessoas violentadas.

Para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa será utilizado o roteiro para entrevista semi-estruturada que de acordo com Minayo (2007), para essa modalidade de abordagem, o roteiro deve desdobrar os vários indicadores considerados essenciais e suficiente em tópicos que completem a abrangência das informações esperadas. Os tópicos devem funcionar apenas como lembretes, devendo, na medida do possível, ser memorizados pelo investigador quando está em campo. E servindo de orientação e guia para o andamento da interlocução, o roteiro deve ser construído de forma que permita flexibilidade nas conversas e a absorver novos temas e questões trazidas pelo interlocutor como sendo de sua estrutura de relevância.

Nas entrevistas qualitativas, o pesquisador conduz entrevistas face a face com os participantes, entrevista os participantes por telefone ou se engaja em entrevistas d grupo focal, com seis a oito entrevistados em cada grupo. Essas entrevistas envolvem questões não estruturadas e em geral abertas, que são m pequenos números e se destinam a suscitar concepções e opiniões dos participantes (CRESWELL,2010, p.214).

E por ser uma pesquisa de cunho qualitativo além de ser utilizado documentos, livros e entrevistas para a realização da pesquisa será feito anotações a próprio cunho e a utilização de equipamentos eletrônicos para gravar e documentar os relatos.

4.6. Análises realizadas

Os conteúdos utilizados foram retirados de livros e artigos que fizessem relação com o abuso sexual, infância e adolescência, assistência, leis, classe social, vergonha, humilhação e políticas publicas. Gil (2010) classifica a vantagens do uso de fonte documentais: possibilita o conhecimento do passado; possibilita a investigação dos processos de mudança social e cultural; permite a obtenção de dados com menor custo; favorece a obtenção de dados com menor custo; favorece a elaboração de dados sem o constrangimento dos sujeitos.

Nesta fase foram colocados os métodos comparativos entre argumentos de diferentes pesquisadores para o desenvolvimento escrito do projeto para que assim fosse explicado o ato da violência sexual contra crianças e adolescente. Cujo contexto também foi descrito a questão da humilhação e vergonha tanto na situação de classes como o constrangimento de ser vítima de abuso sexual.

Também foi descrito o sistema de assistência social desenvolvido para atender a necessidade infanto-juvenil e da população em geral, deste modo caracterizando as funcionalidades das políticas públicas e os órgãos CRAS e CREAS.

4.7. Aspectos éticos.

Como já se sabe, as pesquisas sociais que trabalham com pessoas tem por obrigação de resguardar a integridade do indivíduo. De acordo com Nogueira e Silva (2012), seguindo esta lógica, retoma-se a questão de que, na pesquisa com seres humanos, os riscos maiores não ocorrem no momento da pesquisa, mas no uso dos dados pelo pesquisador. Aqui repousa, talvez, a maior complexidade da ética para o pesquisador que se apropria de dados de “outros” para interpretá-los, ou para chegar ao concreto abstratamente pensado. Portanto, na pesquisa social, não há como zelar pela questão ética sem aludir a uma necessária postura ética do pesquisador, que deverá acompanhá-lo até na publicação dos resultados da pesquisa. Com isto, espera-se reiterar que não se pretende eliminar a discussão dos cuidados éticos na pesquisa. Ao contrário, o que se quer é situá-lo adequadamente.

Nesta situação do pesquisador entrevistar pessoas em estado de vulnerabilidade ou que tem seus direitos violados pode-se dizer que é mais cautelosa, devido ao cuidado ético de não infligir os direitos humanos, e causar constrangimento ao entrevistado. Sobre estas pesquisas Flick (2013) traz um questionamento: acontecem com pessoas que não são capazes ou não são vistas como capazes de entender seus procedimentos concretos ou avalia-los e decidir dependentemente?

Na situação citada por Flick, o grupo vulnerável não dar seu consentimento para que a entrevista ou observação seja realizada e consequentemente seus dados, estas pessoas são crianças, jovens que não possui idade adulta, idosos e pessoas com transtornos mentais. Como resolução para a situação Flick(2013), relata que nesses casos o pesquisador deve pedir a outras pessoas que deem o consentimento como substituto que no caso seriam os pais da criança, membros da família ou equipes médicas ou de enfermagem responsáveis no caso de pessoas idosas ou doentes.

Mas, caso o entrevistado exija sigilo sobre sua identidade o entrevistador, segundo Flick(2013), a confidencialidade e o anonimato podem ser particularmente relevante se a pesquisa envolver vários participantes em um local específico, muito pequeno. E se for entrevistado, por exemplo, empregados da mesma empresa ou membros da família independentemente outro, será necessário assegurar confidencialidade, não apenas com respeito ao público além desse local, mas também dentro dele.

Portanto, a questão da ética em pesquisa traz à tona elementos que ultrapassam a mera facticidade da Plataforma Brasil, que ora, quem sabe, terá o mérito de provocar os pesquisadores da área das ciências sociais e humanas para garantir sua autonomia na condução metodológica e ética das pesquisas. Entendemos que a vasta produção científica oriunda destas áreas lhes confere autoridade para exigir o reconhecimento às suas particularidades epistemológicas e metodológicas (NOGUEIRA E SILVA, 2012, p.207).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a violência sexual infanto-juvenil está presente na história da humanidade sempre sendo por muito tempo uma história camuflada e que ainda hoje há famílias que escondem essa realidade. Esta violência que ainda permeia é uma situação que ocorre em qualquer classe social desde os grandes centros urbanos até pequenas cidades em que a discriminação por falta de conhecimento é bem maior. Se evidencia o desrespeito as leis de proteção a crianças e adolescentes asseguradas pelo ECA.

Nesse sentido, a seguridade da lei para este grupo é relatado a importância do assistente social que atua em áreas de vulnerabilidade na sociedade, procurando encaminhar as vítimas e famílias para unidades públicas como o CRAS e o CREAS que atuam diretamente com equipes capacitadas para o acolhimento destas pessoas, assim provendo a inclusão social.

Para finalizar, este projeto, de cunho qualitativo, é descrito os meios de assistência social a indivíduos em situação de vulnerabilidade, pobreza, vergonha humilhação. Também constatando as dificuldades encontradas pelos profissionais que atendem a esses indivíduos e enfatizando os danos emocionais causados pela violência sexual.

5- REFERÊNCIAS

- ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção a Infância e Adolescência). *Abuso sexual- Mitos e realidade*. Petropolis: Autores & Agentes & Associados, 1997.
- ALBERNAZ, A.C.N.P; SILVA,V.G.C. *Assistente social: um profissional a serviço dos direitos, da cidadania e da justiça social*. Revista da Católica, Uberlândia, v.1,n.1 p.166-175,2009.
- ARRUDA, Jalisa Silva de. *Viva Maria, Viva João: Construindo estratégias para enfrentamento de exploração sexual*. Cedeca: Brasília, 2009.
- ALENCAR, H. M. ;TAILLE, Y.L. *Humilhação: o desrespeito no rebaixamento moral*. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v.59 ,n.2, 2007.
- ANANIAS, P. *Revista CREAS: centro de referencia especializado do assistente social*. Ano2, n.1; Brasília: MDS,2008.
- PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. (org.). *O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação*. p.63-82. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.
- APAV. *Manual crianças e jovens vitimas de violência: compreender, intervir prevenir*. Portugal,2011.
- BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.
- BRASIL. *Tipificação Nacional de serviços sócioassistenciais*. *Diario oficial da União*. Nº 109 NOV. 2009.
- BRASIL. *Capacita SUAS: proteção de assistência social segurança de benefícios e serviços de qualidade*, dez. 20013.
- BRASIL.1 *Vara da Infância e da Juventude do distrito Federal: violência contra criança e adolescente*. Brasília- DF, 2014.
- BRASIL. *CREAS (Orientação e Técnicas: Centro de Referencia Especialização de Assistência Social)*. 04 caderno. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011
- COUTO, Berenice Rojas. *O sistema único da assistência social-Suas: na consolidação da assistência social em quanto política publica*. In: CRUZ,Lilian Rodrigues; GUARESCHI, Neuza (orgs). *Políticas Publicas e Assistência Social- Diálogos com as praticas psicológicas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. P. 41-55.
- CRESWELL.J.W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos*. Tradução LOPES, Magna. 3ed – Porto Alegre:Artmed,2010.

CAMERA MUNICIPAL DE BATURITÉ. *Ata da decima terceira sessão ordinária do primeiro período legislativo da Camera Municipal de Baturité*, 2015. (Não publicado)

DE ANTONI, C. *Vulnerabilidade e resistência familiar na visão de adolescentes maltratados*. Dissertação de Mestrado não publicada. Curso de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2000.

DIÓGENES, Glória. *VIRAVIDA: Uma virada na vida de meninos e meninas do Brasil*. Brasília/DF: SESI, 2010.

ESPINDOLA.C.A ;BATISTA, V. *Abuso sexual infanto-juvenil: a atuação do programa sentinela na cidade de Blumenau/SC*. Psicologia: ciência e profissão, p. 596-611, 2013.

FALEIROS, V.P. *Infância e o processo político no Brasil*. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs). *A arte de governar crianças. A história das politicas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de janeiro: Instituto Interamericano DelNiño , Santa Ursula, Amais Livraria e Editora,1995.

FLICK, U. *Introdução a metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Tradução LOPES, Magna. Porto Alegre: Penso, 2013.

FOELKER, Rita. *Caminhando em Família*. Gil, Junduai- SP, 2005

GOMES, WB. *As aplicações Sociais da Pesquisa Qualitativa*. Psicologia: Reflexão e Crítica, v.2, n.1/2, p3-14, 1987.

GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa* . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIBBS, C.C ; AMAZONAS, M. *População em situação de rua e politicas publicas: os limites e efetivação dos direitos na cidade de Manaus*. Brasil, 2015.

MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. Tradução por ENDERLE, Rubens; FONTANELLA, Francisco. São Paulo: Boitempo,2006

MARCONI, A.M. ; LAKATOS, M.L. *Fundamentos da metodologia*. 7 ed. São Paulo: Atlas 2010.

MINAYO, M.C.S. *Violência contra criança e adolescentes: questão social de saúde*. São Paulo: revista brasileira, 2001.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10 ed- São Paulo: Hucitec 2007

MOURA, J.F; XIMENES, V.M. *A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora*. Fractal: Revista de Psicologia, v.28, n. 1, p. 76-83 jan/abr,2010.

MOURA, J.F; XIMENES, V.M ; SARRIERA J.C. *a construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências*. Quadens de Psicologia. V.16, n2, 85-93, 2014.

NETTO, Edméia Corrêa. Profissão: assistente social. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

NOLTE, D.L. & HARRIS, R. As crianças aprendem o que vivenciam.(Tradução de Maria Luiza Newlands da Silveira). Rio de Janeiro: Sextante,2009.

NOGUEIRA, V. M.R. ; SILVA, V.R. Ética em pesquisa plataforma Brasil e produção de conhecimento em ciências humanas. SER SOCIAL, Brasília, v.14, n.30, p. 190-209, jan/ junh. 2012.

ODALIA, Nilo. O que é violência, Brasiliense, São Paulo, 2004.

PAREZ, J.R.R ; PASSONE, E.F. Políticas sociais de atendimento as crianças e aos adolescentes no Brasil. Caderno de pesquisa, v.40 , p.649- 673, maio/ago, 2010.

TOROSSIAN, Sandra Djambolakdjian; RIVERO, Nelson Estamado. Políticas públicas e modo de viver- A produção de sentimentos sobre a vulnerabilidade. In: CRUZ,Lilian Rodrigues; GUARESCHI, Neuza (orgs). Políticas Públicas e Assistência Social- Diálogos com as práticas psicológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. P. 56-59.